

Editorial

A REVISTA MINEIRA DE RECURSOS HÍDRICOS chega ao seu volume 3 (2022) cumprindo a sua finalidade de servir como canal de divulgação de pesquisas, estudos e análises sobre a realidade dos recursos hídricos em Minas e em outras regiões do país.

Esta edição traz ao conhecimento dos especialistas e da população em geral um conjunto de artigos contendo informações preciosas, de várias bacias hidrográficas. São abordados, especialmente, temas como cobrança pelo uso das águas; gestão integrada de recursos hídricos; influência do rompimento da barragem do Córrego do Feijão na qualidade das águas do rio Paraopeba; e potencial da cobrança na bacia hidrográfica do rio Chapecó.

São também tratadas outras questões fundamentais para subsidiar a gestão das águas, como o diagnóstico da microbacia Anhumas, em Pouso Alegre; a análise de vazão entre vazão medida e vazão regionalizada em bacias morfometricamente semelhantes do Estado de Minas Gerais; o regime de recarga subterrânea natural em mananciais de abastecimento, em Juiz de Fora; a análise multicritério baseada no método hídrico AHP/TOPSIS para intervenções de programas hidroambientais; as pesquisas de turfeiras em porção da Serra do Espinhaço Meridional; a avaliação de transição do modelo de apoio aos CBHs catarinenses; e o enquadramento dos corpos d'água das Circunscrições Hidrográficas DO2, SF3, SF5, GD1, GD2, GD4, e PS1.

Ao fazer referência aos artigos, objetiva-se destacar a riqueza dos assuntos tratados e a importância da Revista, cuja publicação cria oportunidades para que pesquisas e estudos valiosos, que ficariam restritos a um pequeno grupo de pessoas, possam circular em uma audiência maior. Assim, confere-se aos interessados acesso ao conhecimento e a informações essenciais para a compreensão de problemas, que vão do nível local ao regional, tendo, por óbvio, as bacias hidrográficas como referência espacial.

O conhecimento que não circula, que fica aprisionado nas academias e nos centros de pesquisas, é inútil, incapaz de gerar mudanças e de alterar a realidade que os estudos consideram indesejável, apontando soluções e alternativas técnico-científicas necessárias à melhoria quali-quantitativa das águas.

Por outro lado, sem o amparo da ciência, a formulação das políticas públicas e a gestão das águas fica refém das medidas de comando e controle do Estado, sem perspectivas de transformações, sobretudo quando as mudanças do clima afetam drasticamente o ciclo hidrológico em escala global, com perspectivas de exigir adaptações locais e regionais, baseadas em estudos e pesquisas, como as que a Revista Mineira de Recursos Hídricos apresenta neste número.

É digno de registo, também, o envolvimento e o engajamento de um número expressivo de pesquisadores, trabalhando coletivamente e interagindo para produzir conhecimento, cumprindo o papel das suas instituições.

José Carlos Carvalho